



Num ano, foram detectados 43 casos de mutilação genital feminina

Aconteceram há muito. Dizem respeito a mulheres, sobretudo da Guiné-Bissau, da Guiné Conacri e do Senegal, submetidas à excisão quando eram pequenas

Direitos humanos
Ana Cristina Pereira

Há um ano, no Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Sexual Feminina, não havia registo algum na plataforma de dados da saúde. Agora, há 43. São casos antigos detectados na Grande Lisboa.

A excisão é uma prática enraizada em 28 países africanos. Por força dos fluxos migratórios, foi levada para o Médio Oriente, a Ásia, a América, a Austrália e a Europa, incluindo França, Itália, Holanda, Reino Unido e Portugal, onde é encarada como uma violação de direitos humanos baseada no género.

Portugal figura na lista por nele residirem pessoas oriundas de países com forte tradição de excisão genital, como a Guiné-Bissau, o Senegal, o Egipto, a Gâmbia, a Nigéria ou a Serra Leoa. Presume-se que se pratique, embora em grande secretismo, dentro do território nacional. E há notícia de crianças levadas ao país de origem durante as férias para aí serem sujeitas ao "corte".

O registo na plataforma de dados de saúde começou a ser feito há precisamente um ano, no âmbito de um conjunto de medidas destinadas a erradicar a mutilação genital feminina. Meia centena de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais fez uma formação organizada pela Direcção-Geral da Saúde (DGS) em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a Associação para o Planeamento da Família e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Ficaram mais preparados para descobrir estes casos e lidar com eles, affiança Lisa Vicente, chefe da Divisão de Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil da DGS.

Segundo explicou Lisa Vicente, "os 43 casos [registados neste primeiro ano] foram detectados no âmbito da saúde reprodutiva". Há mulheres mais velhas e mulheres mais jovens, mas quase todas têm 20/30 anos e foram submetidas à

excisão quando eram pequenas. Vieram quase todas da Guiné-Bissau, da Guiné Conacri e do Senegal e moram na Área Metropolitana de Lisboa.

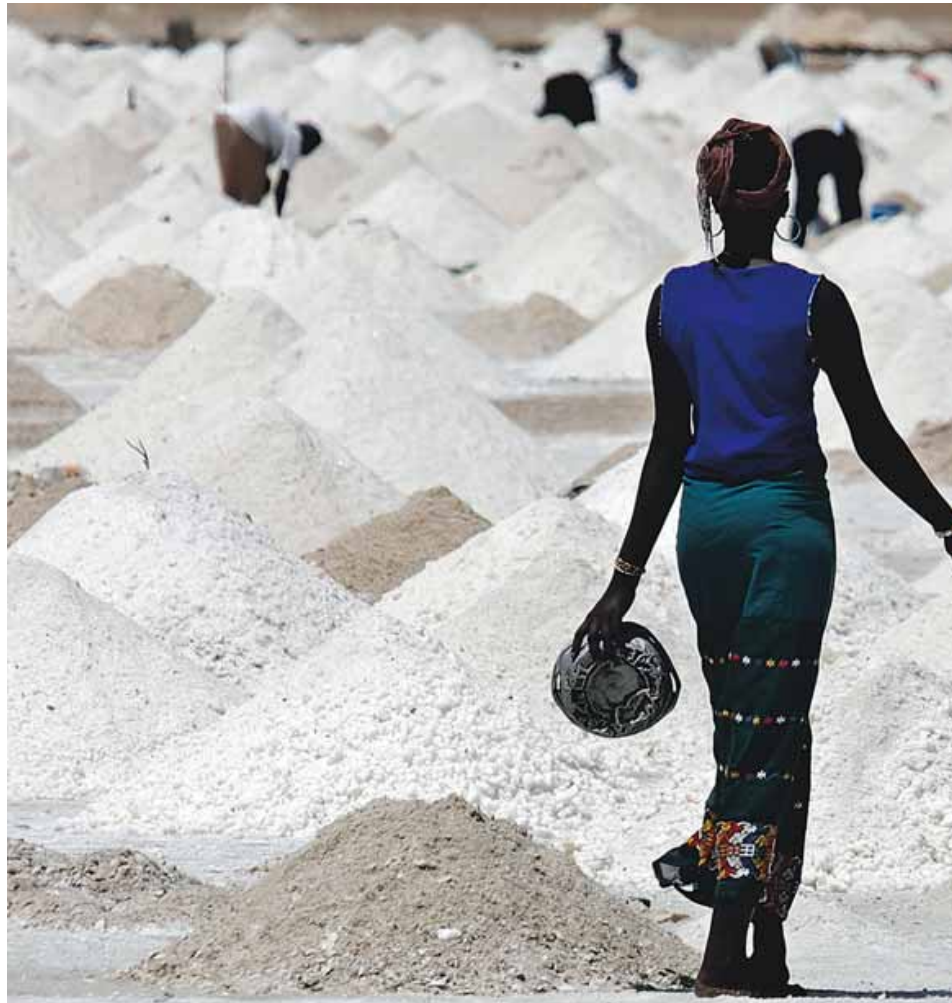
Não é uma realidade homogênea dentro das comunidades. Depende muito do grupo étnico, da localização geográfica e da condição socioeconómica, mas a mutilação genital tende a ser praticada em meninas com idades compreendidas entre os quatro e os doze anos. Há indícios de que, para ludibriar as autoridades, as famílias sujeitam as crianças cada vez mais cedo a este ritual.

Até 2013, deram entrada nos tribunais portugueses três casos. O primeiro foi arquivado por ter prescrito; o segundo ocorreu fora do país com cidadãos estrangeiros – e considerou-se que os factos não constituíram uma ofensa à integridade física grave; o terceiro diz respeito a uma criança sujeita a mutilação pela avó paterna, que entretanto morreu, pelo que o processo também foi arquivado.

"O que tem vindo a ser feito é no sentido de uma maior articulação entre cuidados de saúde, Ministério Público e comissões de protecção de crianças e jovens (CPCJ)", explicou a médica. "Isto tem dado resultados na área Almada/Seixal, no Hospital Garcia de Orta, e na área Amadora/Sintra, nos agrupamentos de centros de saúde dependentes do Hospital Fernando da Fonseca", esclareceu. "Na Maternidade Alfredo da Costa também têm sido encontrados alguns casos".

Não só médicos e enfermeiros estão mais preparados para detectar mulheres submetidas a tal prática como têm orientação para tentar perceber se existe risco de elas fazerem o mesmo às filhas ou sobrinhas que possam ter. Havendo risco, a informação segue para as comissões de protecção de crianças e jovens.

Em Junho do ano passado, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens enviou a todas as comissões um documento sobre esta prática ancestral nalgumas zonas de África. Pede-se que partilhem informações com "unidades de saú-



Criminalizar até quem vai fazer mutilação ao estrangeiro

Há consenso no Grupo de Trabalho sobre as Implicações Legislativas da Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres, conhecida por Convenção de Istambul. A mutilação genital deverá ser punida em Portugal, mesmo que as crianças sejam levadas ao estrangeiro. Não é que exista um vazio legal. No código penal, há desde 2007 uma alínea sobre mutilação genital total ou parcial no crime de ofensas corporais graves a punir quem afectar a

capacidade de fruição sexual de outrem. Já no ano passado, os grupos parlamentares do BE, do PSD e do CDS apresentaram projectos de lei destinados a autonomizar o crime de mutilação genital. "Os projectos são semelhantes", diz a coordenadora do grupo, a deputada Carla Rodrigues (PSD). "No essencial, estamos de acordo", salientou. Querem todos criar um crime autónomo e salvaguardar a competência jurídica, mesmo quando o crime é cometido contra um cidadão português

ou residente em Portugal fora do território nacional. Todo o trabalho de especialidade está concluído. O assunto levou ao Parlamento diversas entidades, incluindo o Conselho Superior de Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público e a Ordem dos Advogados, a União de Mulheres Alternativa e Resposta. "O que falta é introduzir algumas alterações decorrentes das audições que fizemos e decidir se fazemos ou não uma fusão dos três projectos", explicou a deputada.



Por força dos fluxos migratórios, admite-se que a mutilação genital também possa ocorrer em Portugal



FINBARR O'REILLY/REUTERS

de, creches, jardins-de-infância e escolas, polícia, organizações não-governamentais e associações e grupos informais de imigrantes”. “Se existirem indicadores consistentes da possibilidade de ocorrência da prática de MGF, a CPCJ deve agir de imediato e em simultâneo comunicar ao Ministério Público”, dita o documento.

“Isto são factores protectores importantes”, comenta Lisa Vicente. Na sua opinião, mais importante do que punir os infractores é mesmo evitar que mais meninas sejam sujeitas a estas práticas ancestrais africanas, presentes em diversas etnias animistas, muçulmanas e cristãs. Para chegar às crianças e jovens em risco, acha importante alterar até a linguagem usada. Parece-lhe que os profissionais têm de usar as palavras “corte” ou “tração” ou “fanado” em vez de mutilação ou excisão. “Também não chamamos mutilado a um coxo”, exemplifica.

Os 50 profissionais que receberam formação específica ficaram de fazer projectos nos respectivos locais de trabalho. Hoje, Lisa Vicente faz o balanço dessas iniciativas na sessão evocativa do Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Sexual Feminina, que será aberta pela secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, às 15h, no Hospital de S. Francisco Xavier, em Lisboa.

Há um ano, entrava em vigor o III Programa de Acção para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017. Com 12 novas medidas, de um total de 42, o novo programa integra o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

O programa “está em plena execução, que corre a bom ritmo, de acordo com a calendarização fixada”, informou o seu gabinete, por *email*. “O grupo de trabalho que tem a cabo a sua implementação tem reunido regularmente e em Março será apresentado à Assembleia da República o primeiro relatório intercalar”, adiantou ainda a mesma fonte.

Prevê-se o envolvimento das comunidades originárias de países com tais práticas, chamando associações de imigrantes para acções de prevenção e estabelecendo contactos com líderes religiosos e outros interlocutores privilegiados, que possam condenar este costume. O imã da mesquita de Lisboa já o fez.

Portugal foi o primeiro membro da UE a ratificar a Convenção de Istambul. Está em vigor em 14 países. Outros 22 Estados europeus já a assinaram e estão em vias de a ratificar. Desde Março do ano passado que o grupo de trabalho com deputados de todos os partidos está a analisar as implicações, para a legislação nacional, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Os trabalhos foram

interrompidos, primeiro por causa do Orçamento do Estado, depois por causa do relatório da natalidade. Carla Rodrigues queria retomá-los ainda esta semana. “Muito brevemente, teremos novidades”, disse. Em cima da mesa estão também projectos sobre casamento forçado, assédio e *stalking*, traduzível por perseguição persistente que, embora possa nem envolver actos que por si só constituam uma ameaça, se traduz numa invasão da privacidade. **Ana Cristina Pereira**



Detectados 43 casos de mutilação genital feminina

Registos são do último ano e os casos antigos, mas há suspeitas de prática no país **p8/9**